

Ata nº 9

29 de abril de 2026

Aos **vinte e nove** dias do mês de **abril** de **2026**, pelas **21** horas e **12** minutos, teve lugar a Sessão Ordinária de abril, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida
5 pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária em exercício, Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias e o 2º Secretário em exercício, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira. -----

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Capacho Vila Real, Álvaro Almeida dos Santos, Andreia Volta e Sousa Ramos, Ângela Eugénia Ferreira de
10 Pinho, António Fernando dos Santos Rocha, Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Daniel Fernando Almeida Moreira Couto, Diogo Filipe Prada da Silva, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Faustino Tavares de Sousa, Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, Hugo José Silveira da Silva Pereira, Inês Sofia Oliveira Alves, Jéssica Silva Soares, Joana Cristina Côrte Ferreira, Joaquim Moreira Barbosa, Liane Mazzer, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa, Mário João Oliveira Almeida
15 Duarte, Marta Cristina Pereira Marques, Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida. -----

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Alfredo José Ribeiro da Rocha, Ana Luísa de Oliveira Ferreira, Andreia Maria Ferreira Teixeira, António Arlindo Monteiro Pinto, Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo, Eduardo José Moreira de Matos, Fábio Emanuel Sá Rocha Oliveira Pinto, Fernando Constantino Augusto
20 Ramos, Fernando Ferreira da Silva Duarte, Gustavo Leite Gama, Jorge Filipe Gomes Castro, José António Soares Ribeiro, Luís António Neto Castro de Oliveira, Manuel António Coutinho Ferreirinha, Manuel Jorge Moreira da Silva, Manuel José Dias Oliveira Gama, Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, Pedro Miguel Barbosa Moreira, Sara Raquel Rodrigues Magalhães, Sérgio Francisco dos Santos Baptista e Vasco António de Castro Bezerra. -----

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: André Filipe Dias Tavares, substituído por Ricardo Filipe Mesquita Sequeira; Beatriz Castro Pinto, substituída por José Alberto Pereira Mota da Costa; Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, substituído por Francisca Meireles de Albuquerque; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, substituído por Manuel Joaquim Freitas dos Santos; Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel, substituído por
30 Pedro André Silva Dantas; Rúben David da Silva Pinto, substituído por Francisco Diogo Cabral Nascimento e Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Adriana Emília Amaral Costa. -----

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Joaquim António Dias Tavares, que foi substituído por Tiago Henrique Paiva Faria, Manuel Joaquim de Sousa Félix, que foi substituído por José Cândido de Sousa Félix e Ricardo Miguel da Costa Almeida, que foi substituído por Juliana Manuela Rangel da Silva. -----

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente Firmino Jorge dos Anjos Pereira e os Senhores(as) Vereadores (as): Elizabete Cristina Cardoso da Silva, António Fernando da Silva Rodrigues Machado, Carla Maria Rodrigues Costa, António Fernando de Sousa Barbosa, João Paulo Moreira Correia,

Maria José Guerra Gamboa Campos, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo e Delmino Albano Magalhães Pereira. -----

Faltou, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes. -----

Ponto 1 - Público.

5 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício,** disse tratar-se de um dia particularmente relevante, por se situar entre duas datas de elevado significado para a nossa democracia: o 25 de Abril, que assinala a conquista da liberdade, e o 1.º de Maio, que consagra os direitos sociais. Estes marcos constituem pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais equilibrada e justa, promovendo valores de equidade essenciais à nossa vida coletiva, social e comunitária, bem como ao desenvolvimento do município de Vila Nova de Gaia. Passamos, assim, ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, correspondente ao período de intervenção do público. -----

15 **Senhor Nelson Baptista, Freguesia de Mafamude,** na sua intervenção, saudou publicamente a postura do Senhor Vereador Dr. João Paulo Correia pela divulgação e escrutínio da decisão da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em anular, no passado dia 9 do corrente mês, 16 concursos públicos de recrutamento. Sublinhou o impacto negativo desta decisão na vida de milhares de candidatos, exemplificando com o procedimento n.º 20/2023, que contou com cerca de 700 concorrentes submetidos a diversas fases de avaliação ao longo dos últimos três anos. Criticou a ausência de uma fundamentação técnica plausível para o cancelamento dos referidos concursos, classificando a justificação apresentada como meramente política. Terminou apelando à Assembleia Municipal para que exerça o seu papel fiscalizador, no sentido de devolver a confiança aos cidadãos e garantir que seja feita justiça perante as expectativas legítimas dos participantes nos concursos. ---

25 **Senhora Elisabete Ferreira, Freguesia de Pedroso,** em representação dos moradores do lugar de Alheira, freguesia de Pedroso, para manifestar a profunda preocupação da comunidade com a insegurança rodoviária na Estrada Nacional 222 (EN222). Saudou a aprovação unânime de medidas de combate à sinistralidade nesta via, mas alertou para a gravidade da situação, contabilizando já duas vítimas mortais no corrente ano, uma das quais residente na localidade. Informou a Mesa da entrega de uma petição com 150 assinaturas, recolhidas em apenas duas horas, que reflete o descontentamento e a insegurança das centenas de moradores de Alheira. Focalizou a sua intervenção no troço entre o Parque Biológico e a Fábrica do Vidro, denunciando a inexistência de passeadeiras num raio de três quilómetros, a precariedade das paragens de autocarro (com apenas um metro de distância da berma) e o risco constante para idosos e crianças que atravessam a via sem qualquer proteção.

30 A peticionária defendeu que a instalação de semáforos é insuficiente para resolver o problema estrutural de excesso de velocidade e falta de visibilidade, sugerindo, em alternativa, a construção de rotundas como solução eficaz de acalmia de tráfego e segurança para peões e condutores. Terminou apelando ao Senhor Vice-Presidente e ao Executivo Municipal para que as medidas aprovadas fossem implementadas com celeridade, olhando prioritariamente pelos munícipes que dependem diariamente daquela estrada, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**). -----

Senhor Vitor Marques, Freguesia de Vilar do Paraíso, iniciou a sua locução com um agradecimento público aos funcionários e ao Executivo Municipal pelas intervenções realizadas nas ruas do Pinhal Novo e do Jardim, em Vilar do Paraíso, destacando a importância do trabalho de proximidade. No âmbito da segurança rodoviária, solicitou a célere colocação de passeadeiras e/ou lombas na Rua da Gandra (lugar da Ilha), junto à

paragem do autocarro 905, face ao intenso fluxo rodoviário. Num segundo momento, o orador levantou questões de fiscalização administrativa e financeira, apresentando um contrato de assessoria jurídica datado de 10 de outubro de 2025, no valor de 65 mil euros acrescidos de IVA. Questionou a oportunidade e a necessidade desta contratação externa, realizada na véspera do ato eleitoral, e a capacidade de resposta dos serviços jurídicos internos da autarquia. Prosseguindo na análise financeira, interpelou o Executivo sobre o destino das verbas provenientes do IUC (Imposto Único de Circulação) arrecadado nos últimos 12 anos, contrastando a receita com o estado considerado 'deplorável e perigoso' do piso rodoviário municipal. Por fim, o orador traçou um retrato social crítico da freguesia de Vilar do Paraíso. Apesar de ser a oitava freguesia mais populosa do concelho, denunciou a existência de um 'deserto de serviços', apontando a ausência de infraestruturas básicas como creches, centros de dia, centros de saúde, lares ou instituições bancárias. Apelou ao Senhor Presidente e ao Executivo diligência para corrigir estas assimetrias e descontinuar procedimentos herdados do passado que prejudicam os gaienses. A terminar, referiu no âmbito do apoio social e ao papel das coletividades, a situação do Grupo Dramático, tendo sido alertado para o risco de encerramento em 2027 e a perda que tal representaria para Vilar do Paraíso, conforme documento em anexo (**vide anexo 2**). -----

Senhor Luís Ferreira, Freguesia de Arcozelo, iniciou a sua intervenção com uma análise crítica à gestão de anteriores executivos. Ironizou sobre o que classificou como uma 'estratégia' de abertura de dezenas de concursos públicos em período pré-eleitoral, nomeações para cargos de confiança em vésperas de tomada de posse e o que considerou ser um gasto excessivo em horas extraordinárias, subsídios e encargos supérfluos, em detrimento de um trabalho estrutural para o município. Em contraponto, o orador enalteceu a atual visão de planeamento e investimento de longo prazo da autarquia, destacando como marco fundamental a nova estratégia para o socorro e proteção civil em Vila Nova de Gaia. Sublinhou o passo histórico dado na profissionalização do setor e no apoio às instituições. O munícipe apresentou dados comparativos sobre a eficiência operacional, referindo que os Bombeiros Voluntários de Gaia, apesar de juridicamente integrados em associações humanitárias, asseguram um volume de serviço 3,5 vezes superior ao dos Bombeiros Sapadores, com um efetivo profissional equivalente (158 profissionais nas corporações voluntárias face a 154 sapadores). Salientou que a carga operacional do corpo voluntário é 250% superior à do corpo profissional público. Concluiu a sua intervenção questionando o Senhor Presidente sobre o modelo de futuro para o setor: se a solução passará pelo aumento do número de Bombeiros Sapadores ou se, pelo contrário, o foco deverá incidir na reestruturação e reforço do modelo de socorro assente na cooperação com as associações humanitárias, garantindo a sustentabilidade e eficácia do serviço aos gaienses. -----

Senhor Carlos Figueiredo, Freguesia de Afurada, na sua intervenção expôs as seguintes preocupações e pedidos de esclarecimento relativos à mobilidade urbana na zona da Arrábida e Afurada: relativamente à mobilidade urbana pedonal na envolvente dos Jardins da Arrábida, foi questionado o ponto de situação do projeto da ponte sobre a autoestrada A1, destinada a ligar a zona das Lake Towers ao Arrábida Shopping. Ressaltou que esta travessia assumia uma importância estratégica para os munícipes e residentes da Afurada, facilitando o acesso à futura estação de metro, uma vez que a alternativa atual, uma passagem inferior sob a autoestrada carecia de iluminação, sinalética e proteção adequadas. Adicionalmente, no contexto da requalificação da área verde entre o Cais do Cavaco e a Linha Rubi, foi solicitada a criação de acessos pedonais eficazes a partir da paragem de autocarro sob a Ponte da Arrábida em direção aos edifícios residenciais, à Afurada e ao futuro Parque Urbano. Concluiu-se que a promoção do transporte público em detrimento do automóvel requer a garantia de ambientes seguros e favoráveis à circulação pedonal. -----

Senhor Paulo Cardoso, Freguesia de Canidelo, disse que relativamente ao processo de alargamento das ruas Cova da Bela e do Barroco, em Canidelo, fundamentada num processo com entrada em maio de 2010 e

despachado favoravelmente pelo então Presidente Luís Filipe Menezes em novembro de 2009. Reiterou a disponibilidade dos proprietários para a cedência de terrenos, mediante contrapartidas, visando a ligação da Rua do Barroco à Rua de Souselas e o alargamento da Rua Cova da Bela, junto ao futuro Lar de Idosos. Sublinhou que esta intervenção é vital para o ordenamento do trânsito, nomeadamente para aliviar a Rua da Bélgica e resolver o problema das viaturas de transporte escolar que, atualmente, eram obrigadas a manobras perigosas em marcha-atrás na Rua de Souselas. Adicionalmente, foi denunciada a gravidade das inundações ocorridas em novembro de 2023 na Travessa Cova da Bela, que atingiram habitações com níveis de água entre 80 cm e um metro, colocando em risco a vida de moradores idosos. Foi entregue à Mesa um conjunto documental composto por cópias do processo de 2009/2010, um abaixo-assinado com 51 assinaturas, prova de alertas enviados via e-mail à Câmara e às Águas de Gaia 15 dias antes das cheias, e o relatório do corpo de Sapadores sobre a ocorrência. conforme documento em anexo (**vide anexo 3**). -----

Senhor Agostinho Madureira, Freguesia de Santa Marinha, em representação do Grupo Cívico Bio Porto voltou a intervir na Assembleia Municipal para solicitar a adoção de métodos alternativos à utilização de herbicidas no controlo de infestantes no concelho. Foi recordado que existia um contrato celebrado em anteriores mandatos autárquicos que tinha condicionado a substituição daqueles produtos, encontrando-se o mesmo próximo do termo, previsto para 2026. O grupo manifestou preocupação relativamente aos impactos ambientais e na saúde pública associados à utilização de herbicidas, defendendo a implementação de métodos alternativos, nomeadamente mecânicos, térmicos e biológicos. Foi ainda referido que, em 2021, um membro do grupo apresentou uma ação relacionada com alegadas falhas no aviso prévio à população antes da aplicação dos produtos fitofarmacêuticos, situação que, segundo foi exposto, continuava a verificar-se. Por fim, foi salientado que a legislação em vigor incentivava a utilização de métodos alternativos, estabelecendo que o recurso a pesticidas deveria constituir a última opção, especialmente em zonas urbanas e de lazer. ----

Senhor Joaquim Silva, Freguesia de Oliveira do Douro, apresentou uma intervenção relativa à necessidade de concretização da via VL10, considerada estruturante para a mobilidade na zona do Vilar do Andorinho e respetivas aldeias. Salientou o crescimento populacional e urbano da freguesia ao longo dos últimos anos, sem o correspondente reforço das infraestruturas rodoviárias, originando constrangimentos significativos ao nível do trânsito e da mobilidade diária da população. Referiu ainda, que o congestionamento rodoviário representava não apenas um problema de circulação, mas também uma questão com impacto ambiental, social e de segurança, nomeadamente em situações de emergência, tendo sido dado como exemplo o eventual atraso no percurso de veículos de socorro devido ao trânsito intenso. O problema da mobilidade tem vindo a agravar-se ao longo dos anos, em consequência do adiamento de soluções estruturantes para o território, defendendo-se que a ausência de decisão contribuiu para o aumento do congestionamento, da poluição, do ruído e da perda de qualidade de vida da população. Destacou que o atual Executivo Municipal, liderado pelo Presidente da Câmara, Dr. Filipe Menezes, retomou o projeto da via VL10, anteriormente previsto, mas, entretanto, suspenso, considerando-se essa decisão relevante para a resolução dos problemas de mobilidade existentes. Por fim, referiu que a importância da ligação viária tem vindo a reunir um reconhecimento mais alargado, incluindo posições recentemente assumidas por representantes de diferentes forças políticas em sede de Assembleia de Freguesia. -----

Senhor Victor Leôncio, disse estar em representação dos trabalhadores das escolas do concelho, manifestando descontentamento relativamente ao incumprimento de compromissos assumidos pelo Executivo Municipal no âmbito do projeto “Gaia Aprende+”. Os intervenientes contestaram a continuidade do destacamento de trabalhadores para funções em IPSS durante as interrupções letivas, alegando sobrecarga de trabalho e ausência de melhoria das condições remuneratórias. Referiu que, apesar de reuniões anteriormente realizadas

com estruturas sindicais, não ter havido novos avanços nas negociações, tendo os trabalhadores realizado ações de protesto e anunciado a continuidade das formas de luta até que as suas reivindicações sejam atendidas. Por fim, foi defendida a valorização dos trabalhadores das escolas e a melhoria das respetivas condições laborais. -----

- 5 **Senhor Afonso Borges**, fez intervenção relativa ao funcionamento do “GOP+ Jovem” Orçamento Participativo Jovem, destacando a sua importância como instrumento de participação cívica da juventude no concelho. Manifestou preocupação com os atrasos e dificuldades na concretização dos projetos aprovados ao longo das várias edições do programa, referindo baixos níveis de execução e desvios face aos valores inicialmente previstos. Defendeu a necessidade de melhorar o planeamento e acompanhamento dos projetos, de forma a
- 10 reforçar a credibilidade e eficácia desse instrumento de participação juvenil. Por fim, reconheceu o esforço do atual Executivo Municipal e da Vereadora responsável pela área da juventude no acompanhamento do programa. -----

- 15 **Senhor Rodrigo Durana**, tomou a palavra para congratular o Executivo pelas decisões tomadas desde a tomada de posse. Sublinhou que, apesar do curto período de mandato, as medidas adotadas demonstraram visão estratégica e coragem política diante dos desafios do município. O orador destacou, especificamente, a anulação do concurso para os Bombeiros Sapadores. Considerou que a coragem para tal ato foi necessária face à postura da oposição, a qual criticou sistematicamente as ações do Executivo independentemente do seu teor. Afirmou que a irregularidade não residiu na anulação, mas sim no lançamento do concurso, classificando-o como financeiramente lesivo e desnecessário. Justificou tal posição com base no capital humano já existente
- 20 no concelho, tanto nos bombeiros voluntários quanto nos sapadores. Para corroborar a viabilidade desta gestão, citou os exemplos dos municípios de Gondomar e Matosinhos, que operam com eficácia recorrendo a bombeiros voluntários. Reiterou que a decisão protegeu as finanças de Vila Nova de Gaia e previu que os fundamentos técnicos seriam detalhados posteriormente. -----

- 25 **Senhora Berta Brazão**, expôs a precariedade das comunidades ciganas no concelho, com destaque para a zona das Casas Queimadas, relacionando as más condições habitacionais com o abandono e sofrimento animal. Reportou a necessidade constante de intervenções para socorrer animais em situação de doença e subnutrição, defendendo que a assistência social deve atuar de forma mais próxima no apoio a estas famílias e no controlo da natalidade. Instou o Executivo a retomar os projetos de realojamento suspensos desde a pandemia, sublinhando que a solução do problema é urgente por motivos de dignidade humana, saúde pública e bem-estar animal. -----
- 30

- 35 **Senhor Paulo Almeida**, como representante dos trinta e oito candidatos admitidos ao concurso para o corpo de Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia tomou a palavra para contestar a decisão de revogação do referido certame. O orador classificou a medida como uma decisão política desprovida de fundamento técnico, sublinhando que o concurso, iniciado em dezembro de 2024, se encontrava na fase final, com candidatos já classificados e com expectativas legítimas de ingresso. Relativamente ao argumento da residência dos
- 40 candidatos, o interveniente esclareceu que o diploma legal não exige a residência no concelho durante a fase de candidatura, mas apenas após o início de funções. Alertou, ainda, para o prejuízo irreversível causado aos jovens candidatos que, devido à duração do processo, ultrapassaram, entretanto, o limite de idade de vinte e cinco anos, ficando impedidos de concorrer a futuros procedimentos na carreira. O orador comparou a estratégia municipal com a de outras grandes cidades, como Lisboa, Porto e Braga, que reforçaram recentemente os seus efetivos. Criticou a opção de Gaia em reduzir o corpo operacional num cenário de crescimento populacional e de iminentes passagens à reforma de dezenas de elementos. Refutou a tese de que

os bombeiros voluntários possam substituir os sapadores, dada a natureza jurídica e responsabilidade direta da autarquia sobre estes últimos. Por fim, questionou a priorização de meios para a Polícia Municipal em detrimento do socorro a incêndios e catástrofes, afirmando que a segurança do concelho ficaria comprometida pela perda de meios humanos qualificados. -----

- 5 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge dos Anjos Pereira** prestou esclarecimentos sobre os temas suscitados. Em relação aos Recursos Humanos e Concursos, justificou a revogação dos concursos como uma opção política baseada na necessidade de realizar um diagnóstico rigoroso dos funcionários municipais e redefinir a estratégia de admissão. Exemplificou com o setor das obras, onde o
- 10 o número de operários baixou de 120 para 30 desde 2013, e afirmou que os novos procedimentos serão lançados oportunamente com base no rigor e nas reais carências da autarquia. Quanto ao Corpo de Bombeiros e Proteção Civil, esclareceu que a Proteção Civil em Gaia é vista de forma integrada, contando com 138 sapadores e mais de 500 voluntários. Sublinhou que a idade média dos sapadores é de 42 anos, não havendo urgência imediata de reformas. Reiterou que a decisão de anular o concurso foi ponderada e alinhada com as orientações políticas do atual mandato, sem compromissos herdados do executivo anterior. Na
- 15 segurança rodoviária (EN 222), lamentou as vítimas mortais registadas e anunciou a instalação de semáforos com radares de velocidade no troço sob jurisdição municipal. Relativamente ao troço gerido pelas Infraestruturas de Portugal (IP), informou que serão feitas diligências junto desta entidade, apesar das dificuldades de cooperação em projetos anteriores, como o da Rotunda de Avintes. Nas infraestruturas pedonais, confirmou que a construção da ponte pedonal nos Jardins da Arrábida está aprovada pela Câmara e IP, competindo agora
- 20 ao promotor privado a sua execução no terreno. Quanto ao urbanismo e vias municipais, informou sobre a intenção de alargar as Ruas da Cova da Bela e do Barroco (Canidelo), após análise de contrapartidas. Anunciou uma forte aposta na retoma de projetos rodoviários estratégicos (como a VL3, VL10 e VL11) para melhorar a mobilidade e desanuviar o trânsito, prevenindo o lançamento dos concursos públicos para estes projetos até ao final de junho. Destacou a proteção dos canais destas vias contra pressões urbanísticas privadas. Na educação
- 25 e assistência operacional, enalteceu o trabalho dos assistentes operacionais, mas defendeu a continuidade do programa "Gaia Aprende+" durante as pausas letivas. Apresentou dados sobre a baixa adesão às greves recentes e reiterou que o apoio às famílias é uma prioridade, dependendo da colaboração destes profissionais nas atividades não letivas geridas em parceria com IPSS. Quanto à participação cívica (GOP+ Jovem), reconheceu as deficiências apontadas na execução do Orçamento Participativo Jovem e comprometeu-se a
- 30 aperfeiçoar o instrumento para garantir que os projetos premiados sejam efetivamente concretizados, fomentando uma participação ativa e credível da juventude. -----

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, disse, que de seguida se iria passar ao Período de Antes da Ordem do Dia, com a discussão dos Votos apresentados pelos grupos municipais. -----

- 35 **Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU)** apresentou uma Moção “Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS” conforme documento em anexo (**vide anexo 4**). No âmbito das celebrações do 25 de Abril e do 1 de maio, proferiu uma alocução sobre o legado da Revolução, definindo-a como o fim de 48 anos de ditadura e o início da construção de um país assente na liberdade de expressão, organização e dignidade no trabalho. Ressalvou-se o papel central das mulheres e dos movimentos de
- 40 libertação das antigas colónias na conquista da democracia. A intervenção terminou com uma nota crítica sobre os desígnios de abril ainda por cumprir, apontando responsabilidades a quem tem procurado reverter

conquistas sociais. Reafirmou-se a necessidade de defender a autonomia do poder local democrático e exigiu-se o cumprimento do imperativo constitucional da regionalização, através da criação das regiões administrativas, como forma de completar o edifício do poder local, conforme documento em anexo (**vide anexo 5**). -----

- 5 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício**, senhor Deputado, teria todo o direito a fazer esta manifestação depois de ter concluído a discussão da Moção, não durante a discussão da Moção, porque objetivamente não faz parte da moção que a CDU apresentou. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, colocou à votação a Moção, “Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS”, apresentada pelo Deputado Único CDU. -----

- 10 **Votação:** Rejeitada com 32 votos contra (23 do PSD, 03 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 24 a favor (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). -----

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) apresentou uma **Moção**, “Paragens Dignas”, conforme documento em anexo (**vide anexo 6**). -----

- 15 **Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL)** manifestou a sua concordância com a moção apresentada, corroborando a necessidade de dignificar os locais de espera e afirmando que a sinalização por poste é insuficiente para as necessidades dos munícipes. Nesse sentido, declarou o seu voto favorável à iniciativa. Foi, no entanto, apresentada uma proposta de aditamento à moção original, questionando-se a possibilidade de incluir a instalação de painéis digitais informativos, sugerindo que estes sejam alimentados por energia solar. O objetivo do aditamento é modernizar o acesso à informação de horários e tempos de espera, aliando a componente tecnológica à sustentabilidade energética do concelho. -----
- 20

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, referiu que, do lugar o senhor Deputado, respondeu “Sim”. -----

- 25 **Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha, (PSD)** clarificou a sua posição de voto favorável à moção sobre a requalificação das paragens, apesar de a responsabilidade direta pelo serviço pertencer à operadora UNIR. Justificou o sentido de voto por concordar com o princípio da proposta, interpretando-a como um mandato para que o Executivo exerça pressão política junto da operadora. Com esta decisão, o grupo pretendeu dar um sinal de unidade institucional na exigência de melhores condições para os passageiros do concelho. -----

- 30 **Senhor Deputado Manuel Joaquim Freitas dos Santos, (CDS-PP)** referiu que o Grupo Municipal do CDS-PP se associa a esta Moção uma vez que, em mandatos anteriores, apresentou a mesma proposta. -----

- Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU)** anunciou a associação à moção pela requalificação das paragens, recordando que o partido já apresentara propostas idênticas em mandatos anteriores. Contudo, considerou a iniciativa insuficiente para abordar a "degradação da rede" de transportes no concelho. Informou a Assembleia sobre a recolha de mais de 2500 assinaturas num abaixo-assinado que denuncia a sobrelotação, a falta de horários e o isolamento de certas zonas. Concluiu defendendo que a solução para as falhas do operador privado passa pela assunção do serviço em Vila Nova de Gaia por parte da STCP conforme documento em anexo (**vide anexo 7**). -----
- 35

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Moção, “Paragens Dignas”, apresentada pelo Deputado Único do LIVRE.-----

Votação: Aprovada por Unanimidade -----

- 5 Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou um Voto de Saudação, “52º Aniversário do 25 de Abril e 50º Aniversário da Constituição de 1976”, conforme documentos em anexo (vide anexo 8). -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Voto de Saudação, “52º Aniversário do 25 de Abril e 50º Aniversário da Constituição de 1976”, apresentado pelo Grupo Municipal da IL. -----

- 10 **Votação:** Aprovado por Maioria, com 49 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL e 01 do LIVRE) e 08 votos contra (04 do CH, 03 do CDS-PP e 01 da CDU). -----

- 15 Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) anunciou o Voto contra a moção apresentada, justificando a decisão com a necessidade de garantir a "verdade histórica". O IL, defendeu que a democracia portuguesa só se consolidou plenamente com o 25 de novembro de 1975, após o período de instabilidade do PREC. Argumentou que ignorar o 25 de novembro equivale a contar apenas metade da história e a permitir que o 25 de Abril seja apropriado por uma visão ideológica parcial. Concluiu afirmando que a celebração da liberdade deve ser inclusiva e reconhecer todos os momentos que estabeleceram o Estado de Direito e a democracia representativa em Portugal. Viva a liberdade! Viva o 25 de abril! Viva o 25 de novembro! Viva Portugal, conforme documento em anexo (vide anexo 9). -----

- 20 Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU, conforme documento em anexo (vide anexo 10). -----

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou uma Proposta de Recomendação, “Alteração do sentido do trânsito em ruas da Madalena”, conforme documentos em anexo (vide anexo 11). -

- 25 Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) anunciou o voto contra a proposta de alteração de trânsito na Madalena, fundamentando a decisão numa questão procedimental e não na qualidade técnica da medida. O orador defendeu que qualquer alteração de sentidos de trânsito e posturas municipais deve ser precedida de um diálogo obrigatório com a respetiva Junta de Freguesia. Por considerar que a proposta carece do parecer da entidade que representa o território localmente, o grupo manifestou não se sentir confortável com a aprovação da medida sem o devido envolvimento institucional da freguesia. -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU, conforme documento em anexo (vide anexo 12). -----

- 30 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, “Alteração do sentido do trânsito em ruas da Madalena”, apresentado pelo Grupo Municipal da IL. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 23 votos contra (22 do PS e 01 da CDU) e 01 abstenção do LIVRE. -----

- 35 Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apresentou uma Proposta de Recomendação, “Inventário Municipal de Imóveis Devolutos”, conforme documentos em anexo (vide anexo 13). -----

5 **Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** disse que o Grupo Municipal do PS irá votar contra a proposta da Iniciativa Liberal, justificando a posição com a existência prévia da Estratégia Local de Habitação, desenvolvida em articulação com o anterior governo, que já identifica as necessidades e o património disponível. Criticou o que designou como uma visão de "mercantilização do património público" presente na proposta, argumentando que as soluções sugeridas, à semelhança das medidas nacionais apoiadas pela IL, têm-se revelado ineficazes e contribuído para a aceleração dos preços da habitação. Concluiu que, embora não se oponha ao conceito de inventário, o caminho proposto ignora o trabalho técnico já realizado e foca-se em modelos que não resolvem a crise habitacional. -----

10 **Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL)** solicitou ao orador que, tendo este invocado o trabalho já realizado no âmbito da Estratégia Local de Habitação, apresentasse à Assembleia a listagem concreta dos edifícios públicos que se encontram atualmente devolutos no concelho. Reforçou a importância de tais dados serem do conhecimento público, reiterando a necessidade de transparência quanto ao património identificado pela referida estratégia. -----

15 **Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE)** anunciou o voto contra a proposta na sua redação global, informando que entregará uma declaração de voto por escrito com maior detalhe. No entanto, sugeriu à Iniciativa Liberal a votação da moção por pontos, justificando que o partido concorda plenamente com a criação do inventário, medida que o próprio LIVRE já havia proposto anteriormente em sede de direito de oposição. Quanto aos restantes pontos, manifestou discordância relativamente à estratégia de gestão sugerida, acompanhando a crítica sobre a "mercantilização do património". Apontou que a moção se foca
20 excessivamente na concessão ao setor privado e social, omitindo o papel central que o setor público municipal deve ter na gestão direta e aproveitamento dos seus próprios imóveis devolutos. -----

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) em resposta às intervenções anteriores, o representante da Iniciativa Liberal reiterou a defesa do papel do setor privado na recuperação do património. Argumentou que o Estado tem demonstrado incapacidade na gestão e reabilitação de imóveis devolutos, tanto
25 a nível local como nacional, resultando na degradação contínua de inúmeras propriedades. Criticou a postura das bancadas de esquerda, afirmando que estas parecem preferir a manutenção de património público em estado de abandono em detrimento da sua recuperação e utilização efetiva através de parcerias com entidades privadas, as quais considera fundamentais para resolver o problema dos imóveis devolutos. -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU, conforme documento em anexo (**vide anexo 14**). -----

30 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Inventário Municipal de Imóveis Devolutos", apresentado pelo Grupo Municipal da IL.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 24 votos contra (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). -----

35 **Senhora Deputada Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva (PS)** apresentou um **Voto de Saudação**, "Dia Internacional da Mulher", conforme documentos em anexo (**vide anexo 15**). -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Voto de Saudação, "Dia Internacional da Mulher", apresentado pelo Grupo Municipal do PS. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 53 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 04 votos contra do CH. -----

5 Senhora Deputada Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa, (PS) apresentou uma **Proposta de Recomendação**, “Plano de Intervenção nos Principais Pontos de Sinistralidade da EN 222”, conforme documentos em anexo (**vide anexo 16**). -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a **Proposta de Recomendação**, “Plano de Intervenção nos Principais Pontos de Sinistralidade da EN 222”, apresentado pelo Grupo Municipal do PS. -----

10 **Votação:** Aprovado por Maioria, com 52 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 01 do Presidente de Junta do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 05 votos contra (03 da IL e 02 do CDS-PP). -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal da IL, conforme documento em anexo (**vide anexo 17**). -----

Senhora Deputada Carla Isabel Argueles Cáceres (PS) apresentou uma **Proposta de Recomendação**, “Estudo sobre a utilização de trotinetes elétricas”, conforme documentos em anexo (**vide anexo 18**). -----

15 O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a **Proposta de Recomendação**, “Estudo sobre a utilização de trotinetes elétricas”, apresentado pelo Grupo Municipal do PS. -----

Votação: Rejeitada, com 29 votos contra (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 27 votos a favor (22 do PS, 04 do CH e 01 do LIVRE) e 01 abstenção da CDU. -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal da IL, conforme documento em anexo (**vide anexo 19**). -----

20 Senhora Deputada Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira (PS) apresentou uma **Moção**, “Transmissão em direto das Reuniões de Câmara públicas”, conforme documentos em anexo (**vide anexo 20**). -----

25 Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD votará contra a moção do Partido Socialista, justificando a posição com o que classificou como uma “contradição insanável”. O orador recordou que, após a tomada de posse em novembro, as transmissões das sessões da Assembleia Municipal foram retomadas após um interregno de 12 anos, mas apontou que o PS, noutros fóruns, tem tido uma postura oposta. Como exemplo, referiu que o Partido Socialista rejeitou recentemente uma proposta para a transmissão das sessões da Assembleia de Freguesia de Pedroso. Argumentou, por isso, que a defesa da transparência por parte do proponente é incoerente e que o modelo atual das reuniões de Câmara não carece de alteração por via de transmissão digital. -----

30 Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) manifestou o seu voto contra a moção do Partido Socialista, reiterando a existência de uma “contradição insanável” na postura do proponente. O orador criticou o facto de o PS defender agora a transmissão digital após a ter recusado durante os últimos 12 anos e sublinhou a incoerência entre esta proposta e o bloqueio de transmissões em Assembleias de Freguesia onde o partido detém a maioria. Adicionalmente, o interveniente apontou um erro ortográfico no texto da moção, no ponto relativo à natureza das reuniões, solicitando a sua correção antes de qualquer votação. Concluiu sugerindo
35 que a aprovação de tais medidas de transparência deveria decorrer de um compromisso alargado entre as

forças políticas, abrangendo não só a Câmara Municipal, mas também as restantes instituições e assembleias do concelho. -----

5 **Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** Em resposta às críticas de incoerência, esclareceu que a anterior reserva quanto às transmissões se deveu exclusivamente a um parecer negativo da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd). Sublinhou que, após a resolução dessa questão formal no Parlamento através de uma iniciativa conjunta com a Iniciativa Liberal que eliminou os impedimentos legais, o partido passou a defender a transmissão por uma questão de princípio e transparência. Refutou a acusação de mudança de posição, devolvendo-a aos grupos parlamentares que, anteriormente favoráveis às transmissões, votam agora contra. Concluiu afirmando que, estando ultrapassados os obstáculos jurídicos na Assembleia Municipal, não existe qualquer razão substantiva, além da vontade política de limitar o escrutínio, para que o mesmo princípio de transparência não seja aplicado às reuniões da Câmara Municipal.

10 **Senhora Deputada Marta Cristina Pereira Marques (CH)** na sequência do debate sobre a transparência e o enquadramento legal da Proteção de Dados, um representante parlamentar manifestou o seu apoio ao princípio da transmissão online, anunciando o voto favorável à moção. Contudo, defendeu que o compromisso com a transparência deve ser absoluto e abrangente a toda a estrutura autárquica. Nesse sentido, propôs formalmente que a obrigatoriedade de transmissão em direto e pública seja estendida, de forma equitativa, a todos os órgãos do concelho: à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e a todas as Assembleias de Freguesia de Vila Nova de Gaia. -----

15 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação a Moção, “Transmissão em direto das Reuniões de Câmara públicas”, apresentado pelo Grupo Municipal do PS.** -----

Votação: Rejeitada, com 29 votos contra (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 27 votos a favor (22 do PS, 04 do CH e 01 do LIVRE) e 01 abstenção da CDU. -----

Senhor Deputado Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira (PSD) apresentou um **Voto de Louvor**, ao “Dr. Domingos Vieira Matos”, conforme documentos em anexo (**vide anexo 21**).-----

25 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, colocou à votação o Voto de Louvor, “Dr. Domingos Matos”, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 56 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 do LIVRE) e 01 voto contra da CDU. -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU, conforme documento em anexo (vide anexo 22**).** -----

30 **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Afurada, Eduardo José Moreira de Matos**, apresentou uma análise detalhada sobre o projeto “Gaia Limpa”, implementado nos últimos dois meses. Descreveu o estado de “abandono” e “desleixo” que caracterizava o espaço público no início do mandato, atribuindo-o à gestão anterior e criticando a ineficácia de serviços como a recolha de “monos”, que registava tempos de espera superiores a um mês. O interveniente destacou que, por instrução direta da Presidência, as Águas de Gaia estabeleceram um novo paradigma de limpeza urbana, assente na descentralização e na proximidade através do envolvimento direto das Juntas de Freguesia. Foram sublinhados os seguintes pilares do projeto: Eficiência e Gratuidade: Substituição da burocracia por uma linha direta e funcional para o cidadão; Economia Circular: Implementação da iniciativa “Segunda Vida”, que promove a reutilização de materiais e o respeito pelo meio

35

ambiente; e Dignificação do Espaço Público: Afirmção da limpeza urbana como base para o desenvolvimento económico e a coesão social. A intervenção concluiu que o projeto "Gaia Limpa" representa uma mudança irreversível na gestão do território, devolvendo ao concelho os padrões de qualidade e dignidade que a população exige. -----

- 5 **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, Luís António Neto Castro de Oliveira** registou a passagem do 25.º aniversário da elevação de São Félix da Marinha à categoria de vila, ocorrida a 19 de abril de 2001. A intervenção iniciou-se com um voto de agradecimento ao Dr. Manuel Moreira, impulsionador da referida elevação, e destacou o crescimento demográfico e infraestrutural registado na freguesia, particularmente no início do século sob a gestão do atual Presidente da Câmara. O orador apontou, 10 contudo, um cenário de "esquecimento" e "abandono" nos últimos 12 anos, denunciando a degradação da habitação social, a falta de manutenção das praias e a existência de arruamentos em terra batida e sem saneamento básico. Reportou que cerca de 14 arruamentos se encontram em estado intransitável, prejudicando a qualidade de vida dos munícipes. Concluiu com um apelo direto ao Executivo Municipal para que retome o investimento na freguesia, revitalizando-a com as infraestruturas necessárias ao seu progresso. Reafirmou 15 que, embora São Félix da Marinha se situe geograficamente no extremo sul do concelho, a sua importância e potencial exigem uma atenção que acompanhe o desenvolvimento global das restantes 23 freguesias de Vila Nova de Gaia, conforme documentos em anexo (**vide anexo 23**). -----

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia

- 20 **Ponto de Ordem à Mesa do Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** solicitou à Mesa a revisão e clarificação dos resultados da votação relativa à Moção sobre a transmissão das reuniões de Câmara. Referiu ter detetado uma aparente discrepância na contabilização dos votos do grupo municipal do CH, assinalando que, contrariamente ao registo efetuado pela Mesa — que indicou um sentido de voto uniforme para todo o grupo, os deputados da referida força política terão votado de forma diferenciada. O interveniente sublinhou a importância de um escrutínio rigoroso para garantir a fidedignidade 25 dos resultados finais e a transparência do processo democrático, pedindo a confirmação nominal ou por bancada de quem votou em cada sentido. O pedido visou assegurar que a contagem dos votos reflete a realidade das expressões individuais dos eleitos presentes na sessão. -----

- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício,** quanto à votação que o senhor deputado referiu traduz-se em 27 votos a favor, 29 contra e 1 abstenção. Informou a Assembleia de que, conforme articulado na 30 reunião dos responsáveis pelos grupos municipais ocorrida no dia anterior, se procederia a um ajuste na sequência de discussão e votação da Ordem de Trabalhos. A nova orgânica estabelecida foi a seguinte: **Ponto 3.1:** Discussão e votação do Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município (2025); **Ponto 3.2:** Análise da respetiva Certificação Legal de Contas e Parecer do Revisor Oficial de Contas; **Ponto 3.31:** Proposta relativa aos instrumentos de gestão previsional, económica e financeira das **Águas de Gaia, EM, S.A.** para o 35 exercício de 2026; **Ponto 3.6:** Procedimento concursal para reserva de recrutamento nas **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**; **Ponto 3.7:** Constituição da reserva de recrutamento para trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto. Ficou determinado que, após a conclusão destes pontos, a sessão retomaria a sequência original da Ordem de Trabalhos, iniciando no ponto **3.3** e seguintes. -----

3.1. “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, referente ao ano 2025, assim como a respetiva certificação legal de contas e o respetivo parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC)”. -----

- 5 **Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU)** anunciou o Voto contra a Prestação de Contas de 2025, fundamentando a decisão numa análise política do modelo de gestão municipal. Embora tenha reconhecido a correção formal dos indicadores contabilísticos, nomeadamente o superavit de 53 milhões de euros e o prazo médio de pagamento a fornecedores de 18 dias, questionou a origem e o destino desses fundos. Focou-se nos seguintes pontos críticos: Modelo de Desenvolvimento: criticou o crescimento da receita através do IMT, associando-o a um modelo de especulação imobiliária que favorece grandes projetos turísticos e urbanísticos em detrimento dos moradores locais, citando o risco de gentrificação na Afurada e a construção de apenas um fogo de habitação social no período em análise. Gestão de Recursos Humanos: Denunciou disparidades salariais, contrastando a remuneração de consultoria externa com a situação laboral dos trabalhadores das Águas de Gaia e das escolas, manifestando total solidariedade com as recentes lutas sindicais e greves no setor da educação. Sustentabilidade Financeira: Alertou para a "margem de endividamento nula" do município, ressaltando que a capacidade de investimento atual depende de exceções legais precárias no Orçamento do Estado. Concluiu que o saldo acumulado de 192 milhões de euros deveria ser canalizado para as necessidades reais das populações como habitação pública, transportes gratuitos e rede de creches, e não para alimentar um modelo económico que a CDU rejeita, conforme documentos em anexo (**vide anexo 24**). -----
- 10
- 15
- 20 **Senhora Deputada Marta Cristina Pereira Marques (CH)** na sequência da análise ao Relatório de contas, destacando o saldo de 92 milhões de euros que transitou para 2026 como evidência de que a tese de insuficiência financeira do Executivo não é totalmente aplicável. Sublinhou o elevado grau de autonomia do município, com as receitas próprias a representarem mais de metade do orçamento total, impulsionadas por um aumento de 20% na cobrança de impostos diretos (IMT, IMI e IUC). Perante este cenário de excedente,
- 25 questionou a falta de ambição do Executivo em devolver parte dessa receita aos munícipes para mitigar os efeitos da inflação. Propôs medidas concretas como a redução de taxas e da derrama para apoio às empresas e famílias, ou, em alternativa, o reforço do investimento em habitação de renda acessível e na melhoria da mobilidade. Concluiu que o relatório demonstra existirem condições financeiras para uma governação mais ambiciosa e focada na dignidade dos gaienses, conforme documentos em anexo (**vide anexo 25**). -----
- 30 **Senho Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE)** anunciou a abstenção do LIVRE por razões políticas, argumentando que o relatório de contas evidencia a existência de recursos financeiros suficientes para a concretização de projetos estruturantes no concelho. O orador recordou que, em sede de direito de oposição, o partido apresentou mais de 20 propostas que foram excluídas do orçamento sob o pretexto de escassez de recursos, tese agora refutada pelos saldos apresentados. Face à disponibilidade de
- 35 meios, questionou formalmente o Executivo sobre a intenção de apresentar um orçamento retificativo para o corrente ano, visando uma taxa de execução superior à inicialmente prevista. -----
- Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD)** analisou o exercício de 2025, classificando-o como "sui generis" por ter abrangido três presidências distintas. Informou que o grupo votará favoravelmente por considerar o relatório tecnicamente correto, mas centrou a sua intervenção na crítica política ao excedente financeiro apurado. Questionou o facto de o município apresentar um resultado líquido de 53 milhões de euros enquanto o concelho exhibe, na sua visão, sinais de "deterioração" e "abandono" em infraestruturas básicas, pavilhões e equipamentos desportivos. Apontou que o aumento das receitas, embora expressivo,
- 40

resulta de investimentos infraestruturais realizados há mais de uma década, contrastando com a falta de investimento estrutural nos últimos 12 anos, especialmente na resposta à crise habitacional e na mobilidade. Concluiu, instando o atual Executivo a dar um sinal claro de mudança, transformando os resultados financeiros em respostas concretas para a qualificação do território e melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Reafirmou a confiança de que o novo ciclo de desenvolvimento estratégico permitirá inverter o cenário de abandono e cumprir as metas de qualificação de Vila Nova de Gaia. -----

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) anunciou o voto favorável à Prestação de Contas de 2025, justificando que os números confirmam a robustez financeira do município. No entanto, utilizou os dados para contestar o discurso de "falta de recursos" do atual Executivo, sublinhando que o saldo positivo de 92 milhões de euros prova que os cortes efetuados, designadamente no apoio ao passe Andante para a terceira idade, no programa Gaia Cuidador, no festival Marés Vivas e nos subsídios ao associativismo desportivo, foram opções políticas e não imposições financeiras. Destacou o aumento de 20% na receita municipal face a 2024 e a estabilidade da despesa com pessoal para afirmar que o município dispõe de margem orçamental para medidas mais ambiciosas. Propôs, como exemplo de futuro, a implementação da gratuidade gradual dos transportes públicos para todos os cidadãos já no segundo semestre, à semelhança de outros municípios. Concluiu reafirmando que a saúde financeira demonstrada no documento desmente a necessidade dos cortes implementados no último semestre, assumindo que a responsabilidade pelas opções políticas tomadas recai inteiramente sobre a atual gestão. -----

Com a devida autorização do senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge dos Anjos Pereira, o senhor Vereador António Fernando da Silva Rodrigues Machado dizer à senhora deputada do PS, facto pelo qual solicitou a palavra para prestar um esclarecimento sobre o âmbito temporal do debate, sublinhando que o documento em análise se refere exclusivamente à Conta de Gerência de 2025 e não ao exercício de 2026. Ressalvou que a execução orçamental apresentada reflete dez meses de gestão sob responsabilidade do Partido Socialista, instando a Assembleia a recentrar a discussão nos factos e atos administrativos ocorridos no ano transato, em vez de avaliar a atividade política do atual ano civil. Sobre a Prestação de Contas de 2025, apresentou "PowerPoint" com uma intervenção focada no estado de conservação do património municipal. Refutou a tese de que o resultado líquido de 53 milhões de euros seja fruto de uma gestão positiva, classificando-o antes como o "espelho da falta de planeamento" e do adiamento sistemático de investimentos estruturais nos últimos doze anos. Revelou que o atual Executivo herdou 122 milhões de euros em compromissos assumidos e não cumpridos, valor que supera largamente o saldo transitado. Através de uma exposição de evidências técnicas e visuais, o orador apresentou um diagnóstico crítico dos equipamentos desportivos, destacando: Pavilhões Municipais: Identificou 11 pavilhões com problemas graves de infiltrações (uso generalizado de baldes para aparar água da chuva), falta de manutenção desde 2022 e riscos de segurança. Citou o caso extremo do Pavilhão de Crestuma, onde o estado de insalubridade e degradação estrutural poderá obrigar ao encerramento imediato após vistoria administrativa. Piscinas Municipais: Reportou avarias críticas em quatro complexos, exemplificando com a falta recorrente de água quente na Piscina de Vila d'Este e falhas de climatização noutras unidades. Segurança e Dignidade: Alertou para os riscos físicos a que utilizadores e crianças estão expostos e para a interrupção frequente de jogos oficiais devido às más condições dos pisos e

- coberturas. Concluiu afirmando que o excedente financeiro agora em discussão é insuficiente para colmatar o passivo de manutenção acumulado, reafirmando o compromisso de reabilitar o património público e inverter o ciclo de degradação que, em sua opinião, caracteriza o estado atual de Vila Nova de Gaia. prosseguiu a exposição detalhada sobre o estado crítico das infraestruturas municipais, apresentando evidências de negligência em equipamentos emblemáticos: Estádios e Centros de Formação: Denunciou o estado de abandono da pista de atletismo do Estádio Dr. Jorge Sampaio, anunciando a sua recuperação para 2027. Referiu que o Centro Rui Jorge e o Complexo de Valadares se encontram em ruínas, relatando um acidente com uma criança devido à degradação dos balneários neste último. Eficiência Energética e Gestão de Danos: Revelou que o Estádio de Grijó possui um sistema de painéis solares inoperacional desde 2014 por falta de uma peça de baixo custo, resultando em prejuízos acumulados por gastos de eletricidade, situação que foi comunicada ao Ministério Público. Centro de Alto Rendimento e Piscinas: Expôs imagens de degradação severa no Centro de Alto Rendimento, onde intervenções de emergência dos serviços municipais garantiram condições mínimas de higiene a grupos escolares. Reportou ainda infestações e destruição estrutural nas piscinas de Vila d'Este e da Granja. Compromisso e Estratégia Futura: O orador concluiu a intervenção assumindo o compromisso de romper com a lógica de "gestão por reação". Anunciou a implementação de um Plano de Manutenção Preventiva e de monitorização contínua, visando a segurança imediata dos utilizadores e a valorização dos ativos estratégicos do concelho. Reafirmou que o atual mandato se focará na recuperação do património público e na transparência da execução orçamental, garantindo que Vila Nova de Gaia não regressará ao estado de abandono documentado. -----
- 20 **Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS)** esclareceu que os compromissos assumidos não devem ser confundidos com dívida exigível, uma vez que se encontram devidamente cimentados e aprovados em função de receitas estimadas e prazos de pagamento específicos. A oradora estabeleceu um contraste entre a atual situação orçamental e o estado das finanças municipais herdado pelo executivo anterior há doze anos, descrevendo a gestão dos recursos naquela época como uma "tarefa gloriosa" face ao saldo então disponível.
- 25 Concluiu reforçando que a saúde financeira demonstrada no atual relatório de contas, apesar das críticas aos compromissos futuros, é incomparavelmente superior à realidade de mandatos passados. Sublinhou que os compromissos assumidos estão orçamentados face a receitas estimadas, distinguindo-os de dívida imediata. Recordou que, há doze anos, Vila Nova de Gaia detinha o maior endividamento per capita do país, sendo o segundo maior em termos globais, qualificando a recuperação financeira feita desde então como uma tarefa de extrema complexidade. Questionou ainda a estratégia do Executivo para a manutenção dos equipamentos municipais, interpelando o Vereador sobre se o modelo de gestão previsto se assemelha ao da extinta empresa municipal GAIANIMA Concluiu reiterando que a obra municipal não se resume aos equipamentos desportivos e apelou à memória institucional sobre a trajetória de consolidação das contas públicas do concelho. -----
- 35 **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Afurada, Eduardo José Moreira de Matos**, em resposta à intervenção anterior, refutou as críticas ao modelo de gestão passado, invocando a memória da empresa municipal GAIANIMA, defendeu que, independentemente das críticas ao funcionamento dessa entidade, a mesma nunca permitiu que o património municipal atingisse o estado de "degradação extrema" documentado

na sessão. Lançou um desafio direto à bancada do Partido Socialista, instando os seus representantes a pronunciarem-se, com "honestidade e respeito pelos munícipes", sobre as evidências visuais e técnicas apresentadas relativamente ao estado dos pavilhões e equipamentos desportivos. Classificou a situação atual como "inaceitável" e apelou a que, em vez de se focarem em questões procedimentais ou históricas, os eleitos assumissem a responsabilidade pelo abandono a que o concelho foi sujeito nos últimos doze anos. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Crestuma, Pedro Miguel Barbosa Moreira fez uso da palavra para expor as carências mais prementes da localidade, pautando a sua intervenção por um espírito de colaboração institucional. Destacou quatro eixos prioritários para o desenvolvimento da freguesia: Acessibilidades e Segurança: Identificou a necessidade urgente de requalificação de vias degradadas para garantir a segurança de pessoas e bens. Mobilidade e Transportes: Defendeu o reforço da oferta de transportes públicos, sublinhando que a atual limitação de ligações ao resto do concelho prejudica particularmente os jovens e a população idosa. Infraestruturas e Lazer: Reivindicou investimentos em espaços públicos e equipamentos sociais básicos que promovam o bem-estar coletivo. Apoio ao Associativismo: Enalteceu o papel das coletividades locais e apelou a um apoio municipal mais consistente para a dinamização cultural e desportiva. O representante da Freguesia de Crestuma fez uso da palavra para expor as carências mais prementes da localidade, pautando a sua intervenção por um espírito de colaboração institucional. Destacou quatro eixos prioritários para o desenvolvimento da freguesia: Acessibilidades e Segurança: Identificou a necessidade urgente de requalificação de vias degradadas para garantir a segurança de pessoas e bens. Defendeu o reforço da oferta de transportes públicos, sublinhando que a atual limitação de ligações ao resto do concelho prejudica particularmente os jovens e a população idosa. Infraestruturas e Lazer: Reivindicou investimentos em espaços públicos e equipamentos sociais básicos que promovam o bem-estar coletivo. Apoio ao Associativismo: Enalteceu o papel das coletividades locais e apelou a um apoio municipal mais consistente para a dinamização cultural e desportiva. Concluiu reiterando a total disponibilidade da Junta de Freguesia para trabalhar em parceria leal com a Câmara Municipal, sublinhando que o investimento em Crestuma é fundamental para o desenvolvimento harmonioso de todo o município de Vila Nova de Gaia. ---

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) defendeu o legado histórico da gestão municipal anterior a 2013, manifestando orgulho na obra realizada. Criticou a postura do Partido Socialista, afirmando que a bancada não assume a responsabilidade pelos seus doze anos de governação e mantém uma "contradição política" ao questionar a falta de medidas (como a gratuidade dos passes) que não implementou enquanto deteve a maioria. Defendeu a legitimidade do atual Executivo para ajustar os quadros de pessoal e a estrutura orgânica às exigências do novo projeto político, sublinhando que este é o momento de execução e realização. Concluiu apelando ao Partido Socialista para que realize uma reflexão sobre o seu passado recente e reiterou que o trabalho deste Executivo deverá ser julgado pelos resultados ao final do mandato, e não pela obstrução sistemática às decisões de gestão e organização interna da autarquia. -----

Senhora Deputada Marta Cristina Pereira Marques (CH) interveio para manifestar a sua indignação face às evidências visuais da degradação dos equipamentos municipais. Falando na qualidade de cidadão e eleito, refutou o argumento de que a transição de um saldo de 92 milhões de euros constitua, por si só, um indicador de boa gestão. Afirmou que a prioridade de qualquer executivo deveria ser o serviço direto às populações e a manutenção do património público, e não a acumulação de excedentes à custa do abandono das infraestruturas. Criticou o legado dos últimos doze anos, questionando o destino dos impostos pagos pelos gaienses perante o cenário de "fazer zero". Lamentou que a oposição exija agora medidas de gratuidade e reabilitação que não executou quando detinha o poder, reiterando que o compromisso da atual gestão é garantir que, nos próximos quatro anos, os recursos municipais sejam efetivamente aplicados na melhoria da

qualidade de vida e na recuperação da dignidade do concelho, rompendo com o paradigma de cobrança fiscal sem o correspondente retorno em investimento público. -----

5 **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Grijó, Jorge Filipe Gomes Castro** tomou a palavra para denunciar a carência de infraestruturas básicas na sua freguesia em pleno século XXI. O autarca destacou situações críticas de ausência de água potável, exemplificando com a Travessa do Centro Social de Grijó, e a falta de rede de saneamento básico em diversos locais, classificando estes serviços como bens de primeira necessidade. Relativamente à rede viária, o orador apontou o estado de degradação e a desadequação dos arruamentos de acesso às autoestradas e às zonas industriais, maioritariamente pavimentados em cubos de granito e carentes de passeios. Sublinhou a inexistência de vias estruturantes que liguem o centro de Grijó a 10 Nogueira e a São Félix da Marinha, referindo especificamente as Ruas Dr. Castro Correia, Dr. Jorge Fonseca Jorge e Dr. Manuel Ramos. Concluiu instando o Executivo a realizar o investimento público necessário para garantir a qualidade de vida e a segurança dos habitantes de Grijó, reiterando que estes cidadãos merecem o mesmo padrão de desenvolvimento das restantes áreas do concelho. -----

15 **Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** a sua intervenção reafirmou que o relatório de 2025 desmente o discurso de "falência" ensaiado pelo atual Executivo. O orador recordou o legado de investimento estrutural dos últimos doze anos, citando a qualificação das escolas e a construção de vias como a VL3 e a VL8, e sublinhou que é a saúde financeira apresentada com o crescimento sustentado da receita e o saldo de gerência que permite a Vila Nova de Gaia continuar a crescer. Enfatizou que, perante os números oficiais, cessaram os argumentos de incapacidade financeira para justificar as atuais opções políticas. Acusou 20 o PSD de promover um agravamento de impostos, contrastando-o com o desagravo fiscal realizado pela gestão socialista. Concluiu afirmando que as decisões de cortes nos passes sociais, no apoio ao associativismo desportivo e na política social são escolhas exclusivas da atual maioria, reiterando que o Executivo não poderá voltar a escudar-se numa suposta "gestão desastrosa" do passado para justificar a redução do investimento público no presente mandato. -----

25 **Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD)** rejeitou a visão de gestão apresentada pelo Partido Socialista, criticando a ideia de que o concelho viveu um período de prosperidade plena nos últimos doze anos. Reiterou que o aumento das receitas não decorreu de processos espontâneos, mas de dinâmicas que ignoraram a preservação do património público, conforme demonstrado pelas evidências de degradação estrutural exibidas. Concluiu afirmando que o Executivo não está a "ensaiair" um discurso, mas sim a executar 30 um plano de desenvolvimento rigoroso, suportado pelo programa eleitoral que mereceu a confiança maioritária dos cidadãos. Sublinhou que o mandato conferido pelos gaienses visou, precisamente, uma mudança de paradigma na gestão municipal, focada na recuperação do concelho e na implementação de uma estratégia de futuro que rompa com o estado de abandono herdado. -----

35 **O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge Anjos Pereira** afirmou que os eleitos do Partido Socialista não podem eximir-se da responsabilidade pelos últimos doze anos de governação, caracterizados por opções políticas que classificou como erradas. Contrastou o ciclo económico favorável da última década com o período de crise financeira e cortes orçamentais enfrentado entre 1998 e 2013, sublinhando que a anterior gestão não aproveitou a conjuntura para investir no concelho. Corroborou o diagnóstico de "abandono" apresentado pelo Executivo, referindo que as carências reportadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Crestuma confirmaram a falta de investimento retratada no relatório. Sugeriu, 40 simbolicamente, a realização de duas votações distintas: uma sobre a validade técnica e financeira das contas e outra sobre o desempenho político e o estado de conservação do concelho. Concluiu advertindo que o

diagnóstico apresentado sobre os equipamentos desportivos constituiu apenas o primeiro de vários levantamentos que demonstrariam a degradação noutras áreas, como arruamentos, escolas e saúde. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.1. -----

- 5 **Votação:** Aprovado por Maioria, com 55 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 01 voto contra da CDU e 01 abstenção do LIVRE. -----

3.2. “Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Nova de Gaia, referente ao ano 2025”. -----

- 10 **Foi apreciada a “Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município de Vila Nova de Gaia, referente ao ano 2025”, referente ao Ponto 3.2.** -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, referiu que, sendo já meia-noite e catorze minutos, a sessão seria prolongada até à discussão do ponto 3.5 da ordem de trabalhos, com vista à conclusão dos pontos considerados prioritários. Esclareceu que, após a apreciação desses pontos, a sessão seria interrompida, retomando-se na reunião subsequente. -----

- 15 **3.31. “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Instrumento de Gestão Previsional Económica e Financeira para o exercício de 2026 das Águas de Gaia, Empresa Municipal, S.A”.**

- 20 **Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE)** solicitou um esclarecimento ao Executivo sobre a estratégia futura para o setor da limpeza urbana. O orador questionou se a autarquia planeia a municipalização da gestão e recolha de resíduos sólidos urbanos e se essa transição será operada através da empresa municipal Águas de Gaia, EM, S.A. Sublinhou que esta questão é central para a análise dos instrumentos de gestão previsional da referida empresa, visando compreender o impacto de uma eventual integração desta nova valência na estrutura de competências e no planeamento económico-financeiro das Águas de Gaia para o exercício de 2026. -----

- 25 **Senhora Deputada Jéssica Silva Soares (CH)** agradeceu à administração das Águas de Gaia, EM, S.A. pela receção em reunião no dia 14 de abril, confirmando que o plano estratégico apresentado é fiel aos documentos em análise. Manifestou agrado pela mudança de paradigma na gestão dos dinheiros públicos, destacando o foco na redução de despesa e na eficiência operacional. Considerou a redução tarifária de 5 euros como um primeiro passo para a reorganização estrutural da empresa, com vista à renegociação do contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) em julho/agosto, data em que termina o contrato com a operadora SUMA.
- 30 O interveniente defendeu que, sendo as tarifas de RSU em Gaia das mais elevadas do país, o novo contrato deverá obrigatoriamente gerar poupanças drásticas. No plano da gestão patrimonial, classificou como prudente a suspensão do contrato de 9,2 milhões de euros para a requalificação da sede, criticando o contraste entre projetos de edifícios luxuosos e as “más condições de instalação” dos operacionais em unidades como Avintes, Vila d’Este e Madalena. Concluiu afirmando que a prioridade deve ser a mitigação da falta de
- 35 condições básicas de higiene e alimentação destes trabalhadores, garantindo que o partido manterá uma fiscalização atenta à gestão da empresa pública. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge Anjos Pereira prestou esclarecimentos sobre a estratégia para o setor da limpeza urbana, assegurando que a empresa municipal Águas de Gaia, EM, S.A. manterá as suas atuais funções e natureza jurídica, sem alterações na sua missão estrutural. Relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos, informou que a autarquia irá lançar um novo concurso público internacional, o qual apresentará variantes face ao modelo atual e à proposta anteriormente aprovada e anulada pelo Conselho de Administração. Reafirmou que a empresa municipal se encontra estável no seu funcionamento e que o novo procedimento concursal garantirá a continuidade e a eficácia do serviço de recolha no concelho. -----

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) pronunciou-se sobre os instrumentos de gestão previsional das Águas de Gaia, EM, S.A., focando a sua análise na exequibilidade da redução da fatura dos munícipes. O orador clarificou que a descida anunciada não incide sobre o tarifário da água em si, mas sim sobre a taxa de resíduos sólidos urbanos (RSU), com uma redução projetada entre 5 e 7,5 euros. O interveniente alertou para o facto de esta medida representar uma quebra de receita de cerca de 7 milhões de euros, questionando como será compensado este diferencial. Manifestou a preocupação de que tal alteração possa vir a exigir um aumento das transferências financeiras da Câmara Municipal para a empresa municipal, caso não resulte de uma poupança efetiva na renegociação dos contratos com os operadores de recolha. Concluiu afirmando que o partido acompanhará com expectativa a execução deste plano, esperando que a promessa eleitoral de redução de custos para as famílias se concretize sem comprometer o equilíbrio financeiro da autarquia. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Firmino Jorge Anjos Pereira respondeu às dúvidas suscitadas, afirmando que o objetivo de reduzir a fatura da água já foi concretizado e que os munícipes já sentiram esse impacto. Criticou a postura do Partido Socialista, considerando que a preocupação demonstrada com a perda de receita e com a compensação financeira das Águas de Gaia revela uma oposição implícita à descida dos custos para os cidadãos. Reiterou que, sob a gestão socialista, tal redução nunca teria ocorrido devido à priorização do equilíbrio financeiro em detrimento do alívio fiscal das famílias. Concluiu reafirmando a determinação do Executivo em manter a trajetória de descida de custos, independentemente das críticas sobre o modelo de financiamento da empresa municipal. -----

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) na sua intervenção reforçou a preocupação com a sustentabilidade da gestão atual, traçando um paralelo histórico com o elevado endividamento per capita registado no último período de governação do PSD no concelho. Contrastou essa realidade com o saldo de gerência de 92 milhões de euros deixado pela gestão socialista em 2025, afirmando que a solidez financeira atual desmente a retórica de "falência" e deveria permitir políticas públicas mais ambiciosas. Refutou a ideia de que a redução da fatura da água seja um mérito exclusivo do atual Executivo, lembrando que o PS já havia proposto e implementado desagravamentos fiscais no passado. Criticou o que designou como "cumprimento da promessa pela metade", argumentando que o Executivo se limitou a baixar a taxa de resíduos através do aumento de transferências da Câmara para as Águas de Gaia, em vez de reduzir as despesas operacionais da empresa como havia prometido. Concluiu afirmando que, na prática, muitos munícipes têm registado aumentos no valor final das faturas e que o partido continuará a denunciar a incoerência entre o discurso de austeridade e a real abundância de recursos evidenciada nas contas municipais.

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) pronunciou-se sobre os instrumentos de gestão previsional das Águas de Gaia, EM, S.A., manifestando reservas quanto à forma como as opções políticas estão a ser implementadas. Alertou para o "profundo mal-estar" entre os trabalhadores da empresa municipal,

citando uma mensagem enviada a todos os grupos parlamentares que relata situações preocupantes no ambiente laboral. Sublinhou que a CDU acompanhará com rigor o período de transição na gestão da empresa, estabelecendo como prioridades absolutas a garantia da qualidade do serviço público prestado aos munícipes e o respeito integral pelos direitos e garantias dos trabalhadores. Concluiu afirmando que o funcionamento diário da empresa depende da dignidade laboral dos seus profissionais, motivo pelo qual o partido manterá uma vigilância ativa sobre as novas diretrizes da administração, conforme documentos em anexo (**vide anexo 26**). -----

10 **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Afurada, Eduardo José Moreira de Matos**, respondeu com um desmentido à retórica da oposição, apresentando dados sobre a evolução dos preços da água no mandato anterior. Recordou que, no início de 2024, Vila Nova de Gaia liderou as subidas de preços na Área Metropolitana do Porto, com um aumento de 20% no segundo escalão de consumo. Sublinhou ainda que, entre 2022 e 2024, se registaram aumentos significativos na taxa de gestão de resíduos, questionando a legitimidade das críticas atuais vindas de quem geria a autarquia nesse período. A terminar, afirmou que o orçamento de 2026 consagra a maior redução de sempre no preço da água em Vila Nova de Gaia. Apelou ao "pudor" e à 15 "honestidade intelectual" no debate político, em respeito pelos munícipes que acompanham os trabalhos da Assembleia, reiterando que os factos demonstram uma inversão da tendência de agravamento de custos para as famílias que marcou a gestão socialista. -----

20 **Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** na sua intervenção a sua intervenção clarificando o enquadramento legal das alterações tarifárias. Explicou que as subidas de preço mencionadas pelo Executivo decorreram de decisões da entidade reguladora, que é um organismo independente e cujas fixações de tarifário não dependem da vontade direta da Câmara Municipal. Recordou que, apesar dessas imposições externas, o Partido Socialista baixou a taxa de resíduos sólidos urbanos durante o seu período de governação. Concluiu lamentando o que considerou ser um desconhecimento das competências institucionais por parte do Executivo, instando à consulta do enquadramento legal que rege o 25 setor das águas e resíduos. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.31. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP), e 24 abstenções (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). -----

30 **3.6. “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo/Incerto, a Tempo Integral ou Parcial de Técnicos(as) especialmente habilitados(as) no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de Apoio à Família e de Atividades Técnicas Especializadas para o próximo ano letivo de 2026/2027”.** -----

35 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.6. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

3.7. “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento de Trabalhadores em Regime de Contrato de Trabalho em

Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto, na Carreira/Categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), para suprir necessidades futuras e transitórias de pessoal nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Município de Vila Nova de Gaia". -----

5 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.7. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

Declaração de Voto do Deputado Único da CDU, conforme documentos em anexo (vide anexo 27). -----

3.3. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais". -----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.3 -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 **3.4. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Despacho de Revogação da Deliberação de Câmara de 09.02.2026 e Revogação dos Procedimentos em curso com a exceção do Procedimento n.º 14/2023".** -----

20 **Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU)** interpelou o Executivo sobre os fundamentos da revogação dos concursos de recrutamento, contestando o argumento de que o reforço de pessoal não corresponderia às necessidades reais do município. Questionou a eficiência da desistência da contratação de 24 bombeiros sapadores, sublinhando que a segurança de pessoas e bens deveria ser a prioridade máxima da autarquia. Estendeu a sua preocupação ao cancelamento dos recrutamentos de dez trolhas para a Divisão de Trânsito e de três técnicos superiores de Proteção Civil. No primeiro caso, indagou sobre quem asseguraria a manutenção das infraestruturas rodoviárias, alertando para o risco de uma eventual externalização do serviço resultar em custos mais elevados e menor qualidade. No segundo, defendeu que o planeamento e a prevenção de riscos são fundamentais para o concelho. Concluiu afirmando que a verdadeira eficiência do poder local reside na valorização dos trabalhadores e na contratação de profissionais para as tarefas essenciais, e não na interrupção de processos de recrutamento em áreas críticas. -----

30 **Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE)** sobre a revogação dos procedimentos concursais, reconhecendo a legitimidade política do Executivo para reorganizar os serviços municipais à entrada de um novo mandato, mas advertindo para as consequências dessa decisão. Sublinhou que a anulação dos concursos constitui uma quebra de expectativas para centenas de cidadãos que investiram tempo e esforço nos processos de recrutamento, agora defraudados. O interveniente classificou a medida como uma "vitória de Pirro", sugerindo que o Executivo privilegia a vontade política imediata em detrimento do impacto humano e institucional. Concluiu afirmando que o Executivo deverá arcar não apenas com o custo político desta decisão, mas também com as suas implicações éticas e morais perante os candidatos e a comunidade, reiterando que a legitimidade governativa não anula a responsabilidade sobre o prejuízo causado aos particulares. -----

5 **Senhor Deputado Alexandre Miguel Capacho Vila Real (CH)** manifestou a sua oposição à proposta de anulação do concurso para o preenchimento de 24 vagas no Batalhão de Sapadores de Gaia. Referiu que o procedimento se encontra na fase final, restando apenas os exames médicos, e classificou a decisão como lesiva para os candidatos que investiram recursos no processo. Argumentou que a anulação ignora o planeamento técnico e a realidade operacional, destacando que existem 55 postos por preencher no mapa de pessoal e que se prevê a reforma de cerca de 50 efetivos nos próximos anos. Refutou a tese de falta de meios financeiros, apontando o saldo líquido municipal de 52 milhões de euros como prova de que a medida é uma opção meramente política e não orçamental. Concluiu apelando à Assembleia para que não comprometa a segurança das populações e a renovação geracional do corpo de bombeiros, reafirmando que o CH votará contra a proposta por considerar que a mesma coloca em risco a eficácia do socorro no concelho. -----

15 **Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS)** manifestou a sua oposição à revogação dos procedimentos concursais, argumentando que estes correspondem a necessidades reais do município, tecnicamente identificadas e validadas pela instituição Câmara Municipal. Defendeu que a continuidade administrativa deve transcender a alternância de mandatos e classificou a decisão do Executivo não como uma opção política legítima, mas como um ato de "desrespeito institucional" perante o trabalho realizado e as expectativas dos candidatos. Refutou os argumentos da maioria, assinalando que os concursos visam funções operacionais (como a de trolhas para manutenção) que o próprio Executivo admitira serem escassas. Contestou ainda que a mobilidade interna ou a residência dos candidatos constituam fundamentos válidos para a anulação. Concluiu afirmando que o Executivo não logrou apresentar um objetivo político claro que justifique a interrupção destas admissões, sublinhando que a anunciada reestruturação de serviços não seria impedida pela integração dos novos profissionais. -----

20 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.4. -----

25 **Votação:** Aprovado por Maioria, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 28 votos contra (22 do PS, 04 do CH, 01 do LIVRE e 01 da CDU). -----

Declaração de Voto do Deputado Único da CDU, conforme documentos em anexo (vide anexo 28). -----

3.5. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimentos Concurais para provimento dos Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º Graus e Aprovação da Composição dos respetivos Júris de Recrutamento". -----

30 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.5. -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU), e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). -----

35 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício,** informou que o Senhor Deputado do CDS-PP pretendia usar da palavra para uma declaração de voto. -----

Senhor Deputado Manuel Joaquim Freitas dos Santos, (CDS-PP) declarou tratar-se de uma alteração de voto relativamente à moção apresentada pelo PS sobre o estudo relativo às trotinetes elétricas, informando que o sentido de voto passava a ser favorável. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, registou a alteração do sentido de voto do Grupo Municipal do CDS-PP.-----

5 Não havendo mais a tratar, o presidente da Assembleia Municipal em exercício, deu por encerrados os trabalhos, pelas **00 horas e 50 minutos**, do dia **30 de abril de 2026**, sendo lavrada a presente ata, e que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo, a Primeira Secretária da Mesa em exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, conforme documentos em anexo (**vide anexo 29**).-----

A Primeiro Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em Exercício

(Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.^a)

10 O Presidente da Assembleia Municipal, em Exercício

(Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, Dr.)